



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER**

### **Nº 58, DE 2015**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 25, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, que visa a obter, do Ministro das Comunicações, *informações sobre os valores pagos, pelos atos de concessão de emissoras de televisão, nos últimos 10 anos.*

**RELATOR: Senador GLADSON CAMELI**

#### **I – RELATÓRIO**

Vem à consideração desta Mesa o Requerimento nº 25, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, visa a obter, do Ministro das Comunicações:

*Informações sobre os valores pagos, pelos atos de concessão de emissoras de televisão, nos últimos 10 anos.*

Adicionalmente, o autor da iniciativa fundamenta sua solicitação no direito garantido pelo art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que assegura o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral; direito que foi regulamentado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Na justificação, o autor aponta como objetivo do requerimento em análise garantir a devida fiscalização dos atos de concessão de emissoras de televisão, por meio da transparência.

## II – ANÁLISE

O Requerimento nº 25, de 2015, atende aos requisitos constitucionais necessários ao seu encaminhamento, particularmente àqueles inscritos no § 2º do art. 50 de nossa Carta Política, o qual confere à Mesa do Senado Federal a competência para encaminhar pedidos de informação a Ministros de Estado ou demais titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição em análise apresenta-se como instrumento hábil à concretização da competência constitucionalmente atribuída ao Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, consubstanciando, dessa forma, o comando inscrito no inciso X do art. 49 da Carta Política.

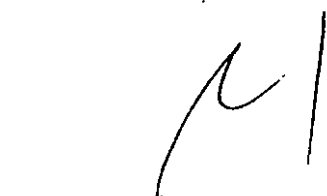
Complementarmente, o requerimento em exame apresenta-se em conformidade com as disposições do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regula a tramitação de pedidos de informação e de remessa de documentos. Verifica-se, assim, a regimentalidade da proposição.

Da mesma forma, afigura-se adequado o endereçamento desse pedido de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, tendo em vista que os processos de outorga dos serviços de radiodifusão se desenvolvem no âmbito do respectivo Ministério.

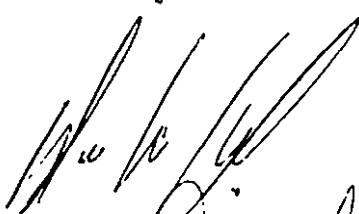
## III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Requerimento nº 25, de 2015.

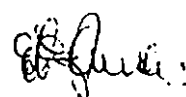
Sala de Reuniões,



, Presidente



, Relator



## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....



### **Presidência da República** **Casa Civil** **Subchefia para Assuntos Jurídicos**

#### **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.**

Mensagem de veto

Vigência

Regulamento

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

(...)

Art. 45. Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III.

Art. 46. Revogam-se:

I - a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005; e

II - os arts. 22 a 24 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2011; 190<sup>a</sup> da Independência e 123<sup>a</sup> da República.

DILMA ROUSSEFF

*José Eduardo Cardoso*

*Celso Luiz Nunes Amorim*

*Antonio de Aguiar Patriota*

*Miriam Belchior*

*Paulo Bernardo Silva*

*Gleisi Hoffmann*

*José Elito Carvalho Siqueira*

*Helena Chagas*

*Luis Inácio Lucena Adams*

*Jorge Hage Sobrinho*

*Maria do Rosário Nunes*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.11.2011 - Edição extra